

GESTÃO PÚBLICA (IN) SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO APLICADO NOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE PIANCÓ, PB

LIMA, Rosimery Alves de Almeida¹
SILVA, Antonio Fagundes Gomes da²
NUNES, Emanuely Rodrigues³
FIGUEREDO, Lana Aurélia Gurgel⁴
OLIVERA, Marcos Macri⁵
RODRIGUES, Renato de Bozzano⁶

Resumo: A discussão sobre Gestão Pública Sustentável é objeto de relevância para toda sociedade moderna, haja vista que envolve, principalmente, responsabilidade no gerenciamento dos bens públicos, oferta de serviços que se ajustem às reais necessidades sociais, econômicas e a preservação ambiental. Deste modo, os indicadores apresentam-se como ferramentas capazes de avaliar ou indicar medidas que servem de subsídios à Administração Pública. Diante disto, elaborou-se essa proposta com 15 indicadores, objetivando-se analisar o comportamento dos indicadores de Gestão Pública Sustentável dos Municípios da Microrregião do Piancó - PB. O presente estudo baseou-se primeiramente por uma revisão bibliográfica, qualificada com caráter descritivo e uma abordagem de natureza quantitativa e, por conseguinte usou-se a estatística descritiva. Os principais resultados indicaram que, os Municípios com melhores desempenhos são Emas, Igaracy e Olho D'água. No outro extremo, com piores desempenhos, Aguiar, Catingueira, Piancó, Santana dos Garrotes, Nova Olinda e Coremas. Sugere-se que tais municípios busquem modelos alternativos de desenvolvimento capazes de enfrentar os problemas econômicos, sociais e ambientais da atualidade, conforme a premissa do desenvolvimento sustentável, portanto, intervenções por parte do poder público para mudança desta realidade e espera-se que haja uma prioridade dos investimentos nestas dimensões que possibilitem melhorias nas condições de vida da população dos municípios da microrregião do Piancó, PB.

Palavras-Chave: Administração Pública, Gestão Pública, Desenvolvimento Sustentável.

1. Introdução

1 Administradora. Mestranda em Recursos Naturais. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: ralvesalmeidalinga@gmail.com

2 Economista. Mestrando em Recursos Naturais. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: Fagundes-gomes@hotmail.com

3 Administradora. Mestranda em Recursos Naturais. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: emanuelyrodriguesn@hotmail.com

4 Administradora. Especialista em Auditoria contábil. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: Lana@comprecomigo.com.br

5 Administrador. Especialista em Gestão da Qualidade e Produtividade. Mestre em Engenharia da Produção. Universidade Federal da Paraíba. E-mail: macri.ccjs@gmail.com

6 Geógrafo pelas Faculdades Integradas de Patos (FIP). Mestrando em Recursos Naturais. Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: renato_fip@hotmail.com

Nos últimos anos, o campo da Administração Pública passou por grandes transformações, caracterizando-se por um universo em rápido movimento e de crescente complexidade (VENDRAMINI; FADUL, 2013; ANDION, 2012). Deste modo, os gestores públicos enfrentam um cenário de desafios constantes diante dos aspectos que submergem as crescentes demandas da população por serviços públicos de qualidade, com transparência e participação da sociedade, assim como as interconexões das questões socioeconômicas e ambientais que afetam a Administração Pública.

Desse modo, a otimização desses recursos disponíveis objetivando o atendimento das necessidades da coletividade, maximizam o bem estar social (QUEIROZ *et al.*, 2015). Para Faria *et al.* (2011), quanto maiores forem os recursos de um município, maior será sua tendência de ter a capacidade de promover bem estar, qualidade de vida à população e preservação ambiental. Assim, os problemas sociais, ambientais e econômicos do nosso País, por exemplo, as desigualdades sociais e a degradação ambiental colocam responsabilidades maiores para a boa governança pública, já que objetivam, ou pelo menos deveriam melhor servir aos interesses públicos.

Contudo, essa busca deve arranjar-se de acordo com o ritmo das mudanças, em especial pelo uso da tecnologia por parte do Poder Público, da criação de políticas públicas sejam elas de caráter social ou ambiental, auxiliando na organização das informações e facilitando o entendimento dos assuntos vitais à sociedade (QUEIROZ *et al.*, 2015). Todavia, sabe-se que esse entendimento demanda uma análise das informações publicadas, para que de fato a população geral possa compreender a situação dos municípios sob o viés social, econômico e ambiental (SILVA JACINTO; DAMASCENA, 2012).

Os Indicadores da Gestão Pública Sustentável, por sua vez, em seu sentido amplo, podem ser entendidos como uma ferramenta que surge com a finalidade de mostrar como anda a atual situação da gestão sob a premissa da sustentabilidade, propiciando novas experiências e estratégias com o objetivo de alcançar resultados desejados, entre outros, o andamento dos processos para a tomada de decisão (UCHOA, 2013). Destarte, uma gestão que mede sistematicamente seu desempenho tende a ter uma capacidade superior de intervenção, conforme esses processos flutuam, das que não o fazem.

Nesses termos, a motivação bem como a justificativa da execução deste estudo concentra-se na finalidade de mostrar como se caracteriza a atual situação da Gestão da Microrregião do Piancó – PB, constituindo-se peça fundamental que auxiliará, principalmente, os gestores públicos no processo decisório, bem como para que a população,

no âmbito da gestão participativa e do controle social conheça a atual situação da gestão do município (FARIAS *et al.*, 2015).

O uso de informações públicas contribuem, em maior ou menor grau, para tornar a sociedade talvez mais consciente, permitir o monitoramento das promessas políticas e planos de governo, bem como as políticas públicas e serviços, e atribuir responsabilidades aos agentes públicos, promovendo, por exemplo, a melhoria sistemática da Administração Pública, (SCHOMMER *et al.*, 2015).

Além do condicionante acima exposto, outra razão que justifica este estudo é a carência de pesquisas empíricas nacionais, que mensurem, a partir de relatórios de gestão anuais, o desempenho dos municípios associados ao uso de indicadores de Gestão Pública Sustentável.

Diante do exposto, objetivou-se analisar o comportamento dos Indicadores de Gestão Pública Sustentável nos Municípios da Microrregião de Piancó – PB. Para tanto, buscou-se responder a seguinte questão norteadora: Até que ponto os indicadores de Gestão Pública Sustentável evidenciam a situação dos Municípios da Microrregião do Piancó situada no Estado da Paraíba, no ano de 2016.

2. Aspectos Metodológicos

Refere-se a um estudo do tipo descritivo com abordagem de natureza quantitativa com uso de estatística descritiva para se remeter ao resultado do estudo. Destarte, diante da variedade de indicadores de Gestão Pública Sustentável existentes, com vistas a oferecer subsídios para este estudo, foi elaborada uma proposta, composta por 15 indicadores, baseando-se nos trabalhos de Freitas (2001), Jannuzzi (2005) e Magalhães (2004). Não objetivou-se, pois, o esgotamento de todos os possíveis atributos de indicadores, tendo em vista que há várias diferentes formas e critérios de classificação de indicadores, a depender do objeto de estudo e das particularidades de cada município (RODRIGUES; RIPPEL, 2015).

O presente estudo baseou-se, primeiramente, numa revisão bibliográfica pretendendo-se aprofundar o conhecimento sobre a temática (MARCONI; LAKATOS, 1992), no sentido de viabilizar a compreensão e análise do comportamento dos indicadores de gestão pública sustentável dos municípios da Microrregião do Piancó - PB, tendo como base a consulta livre a artigos científicos em periódicos e livros didáticos, priorizando os trabalhos dos estudos dos últimos cinco anos. A seguir, procedeu-se a coleta de dados com a finalidade de analisar com se deu o comportamento destes indicadores em cada município estudado.

No que tange ao cenário do estudo, infere-se que a microrregião do Piancó, PB corresponde à 17ª microrregião de um conjunto de 22 microrregiões que dividem político administrativamente o Estado da Paraíba. Considerando a população apurada no censo populacional realizado pelo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2013, a população estimada dessa microrregião foi de 71.458 habitantes, distribuídos em uma área total de 3.285,713 km² (IBGE, 2013).

O estudo foi desenvolvido com base nos dados dos Indicadores de Gestão Pública dos Municípios da Microrregião de Piancó/PB, mesorregião do Sertão Paraibano, composta por 9 municípios, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Estimativa da população da microrregião de Piancó/PB

Municípios	População
Aguiar	5.586
Emas	3.439
Catingueira	4.905
Coremas	15.391
Igaracy	6.210
Nova Olinda	6.058
Olho D'Água	6.790
Piancó	15.870
Santana dos Garrotes	7.209
Total	71.458

Fonte: IBGE, 2013.

A região é caracterizada pelo predomínio de Municípios de pequeno porte, qualificados por Veiga (2005) como aqueles com menos de 50 mil habitantes.

A caracterização dos indicadores e as coleta de dados deste estudo deu-se inicialmente pela organização da estrutura do modelo composta por 15 indicadores distribuídos em três dimensões – financeira, social e ambiental (Quadro 1) com a finalidade de representar a realidade local em relação a gestão pública dos municípios.

Quadro 1 – Indicadores de Gestão Pública Sustentável

Dimensão	Indicador	Fonte	Relação
-----------------	------------------	--------------	----------------

Financeira	Receita Tributária Arrecadada	SAGRES – PB	Positiva
	FPM	SAGRES – PB	Positiva
	ICMS	SAGRES – PB	Positiva
	Receita total	SAGRES – PB	Positiva
Social	IDH-M	IBGE – PB	Positiva
	Gastos de saúde	SAGRES – PB	Positiva
	Gastos em educação	SAGRES – PB	Positiva
	Gastos em transporte	SAGRES – PB	Positiva
	Gastos em segurança	SAGRES – PB	Positiva
	Gastos em urbanismo	SAGRES – PB	Positiva
	Gastos em assistência social	SAGRES – PB	Positiva
	Gastos em habitação	SAGRES – PB	Positiva
	Gastos em cultura	SAGRES – PB	Positiva
Ambiental	Gastos em saneamento	SAGRES – PB	Positiva
	Gastos em gestão ambiental	SAGRES – PB	Positiva

Legenda: FPM – Fundo de Participação dos Municípios; ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação; IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano.

Fonte: Elaboração pelos autores (2016) baseado em Carvalho *et al.* 2011.

- I. Dimensão Financeira – 4 indicadores;
- II. Dimensão Social – 9 indicadores;
- III. Dimensão Ambiental – 2 indicadores.

Após a coleta, segundo as fontes do Quadro 1, digitou-se e organizou-se os dados em uma planilha eletrônica, e posteriormente calculou-se a relação *per capita* de determinado indicador, considerando a relação matemática:

$$\text{Relação } per \text{ capita} = \frac{\text{Valor Total por indicador do Município}}{\text{(em Reais)}}$$

População total do Município

Posteriormente foram feitos os cálculos dos índices, usando como base o valor per capita de cada município, relacionando-os entre si com base no valor mínimo e o valor máximo de cada variável em estudo, segundo Carvalho *et al.* (2011).

Definidos matematicamente de acordo com a relação positiva, em que, $I = (x - m)/(M - m)$. Onde: I = índice calculado referente a cada variável, para cada território analisado; x = valor observado de cada variável em cada território analisado; m = valor mínimo considerado; M = valor máximo considerado.

A relação dos Indicadores de Gestão Pública Sustentável com o seu desempenho é que quanto maior o indicador, melhor a situação do município. De forma equivalente, um valor mais próximo de 0 (zero) demonstra que o município não se encontra em uma situação satisfatória. O quadro 3 mostra esta classificação e representação dos índices (variação 0 e 1), deve-se avaliar o comportamento da variável, dada a situação da sua variação para mais ou para menos e o resultado obtido neste processo.

Quadro 2 – Classificação e Representação dos Índices.

Índice (0 – 1)	Tonalidade	Desempenho
0,7501 – 1,000		Ideal
0,5001 – 0,7500		Aceitável
0,2501 – 0,5000		Alerta
0,0000 – 0,2500		Crítica

Fonte: Adaptado de Martins; Cândido, 2008.

Para tanto, considera-se a existência de uma relação positiva direta se um aumento no valor da variável proporciona uma melhoria sistêmica. Logo, observa-se que à medida que se aumenta o valor da variável resulta no enriquecimento do sistema. Posteriormente, usou-se a estatística descritiva, entendida como um conjunto de medidas que abrangem a distinção de um conjunto de dados (SILVA *et al.*, 2012).

Através de umas das medidas de estatística descritiva existentes, a média aritmética simples, calculou-se os valores em média destes índices para cada Município sob a perspectiva de cada dimensão e a *performance* em que se encontra, analisando cada dimensão individualmente, bem como a relação que cada uma delas tem com o entorno geral, sob o ponto de vista das dimensões financeira, sociais e ambientais.

A partir da identificação dos resultados, consistiu-se numa comparação dos valores observados em cada um dos municípios. A estatística descritiva foi utilizada para reduzir os dados a média e os resultados do estudo foram sumarizados e apresentados em Tabelas e Gráficos. E posteriormente, os resultados foram discutidos à luz da literatura pertinente.

Em suma tem-se que, após a transformação das variáveis em índices e realizada a associação desses índices por dimensão, chegando-se a média sob cada dimensão, calculada novamente através da média aritmética, a média geral das três dimensões por município e fez-se, por fim, a elaboração do *ranking* dos municípios com os melhores desempenhos.

O estudo consistiu numa comparação dos resultados gerais observados em cada um dos municípios e, posteriormente, classificados e representados sua *performance* segundo o padrão exposto no Quadro 2. A base de dados utilizada foi construída, exclusivamente, a partir de dados públicos disponíveis no *website* do Sistema de Acompanhamento da Gestão dos Recursos da Sociedade (SAGRES) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme Quadro 1.

A coleta de dados foi realizada no período de junho a julho de 2017 e os dados referentes à população e demais indicadores foram coletados em um instrumento específico previamente elaborado que tiveram como referência o ano 2016. Justifica-se a escolha desse período em função de ser o ano de 2016 o exercício finalizado mais recente na qual possuía dados disponíveis sobre os municípios pesquisados.

O acesso à Informação Pública surge no respaldo legal com a regulamentação da Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, reverenciando o direito do acesso dos cidadãos às informações públicas (BRASIL, 2012), devendo, pois, ser executado em conformidade com os princípios básicos da Administração Pública.

3. Análise e Discussão dos dados

A microrregião de Piancó conta com 09 municípios, dos quais 07 (77,78%) possuem menos de 10.000 habitantes: Aguiar, Emas, Catingueira, Igaracy, Nova Olinda, Olho D'Água e Santana dos Garrotes. Do ponto de vista legal, estes municípios estão isentos da obrigação de divulgar matérias em sítios oficiais da rede mundial de computadores (*internet*), conforme a Lei nº 12.527/2011. Do exposto, os 07 municípios estariam desobrigados a manter um *website* destinado a divulgar essas informações. Ainda assim, com exceção dos municípios Olho D'água e Emas, todos os demais municípios com menos de 10.000 habitantes possuem *websites* atualizados.

Os dois municípios Coremas e Piancó (22,22%), com mais de 10.000 habitantes, cumprem as exigências legais divulgando suas informações de interesse público através da internet em seus devidos portais. Estes são nas políticas de governo eletrônico considerado um dos maiores avanços institucionais e foram criados para satisfazer as exigências legais no que tange a divulgação da forma de aplicação dos recursos públicos, gerando maior transparência e *accountability* dos governos, e otimização dos processos (MATOS *et al.*, 2013).

Assim sendo, para analisar o comportamento dos Indicadores de Gestão Pública Sustentável nos Municípios da Microrregião de Piancó – PB se faz necessário abordar as vertentes do desenvolvimento sustentável que, por sua vez, é um termo amplamente usado e discutido. Além disto, este desenvolvimento tem cada vez mais influenciado instigado debates e a criação de políticas públicas no Brasil e no mundo nos últimos anos.

Tais debates sobre sustentabilidade incorporam as dimensões financeiras (econômica) e sociais e não apenas uma preocupação de cunho ambiental. Nestes termos, serão apresentados os resultados deste estudo sobre estas três perspectivas: financeira, social e ambiental.

3.1 Dimensão Financeira

Analisando-se os indicadores da Dimensão Financeira, de acordo com o exposto no Quadro 3, e o que observa-se na Tabela 2, do total de nove municípios, apenas um destes, qual seja, o Município de Emas (0,79) mostra-se no ponto de vista financeiro ideal com base nas análises positivas na classificação de 0 a 1, pois quanto maior o valor do indicador, melhor a situação do município (relação positiva – maximizar). Ademais, seis municípios encontram-se com uma *performance* de alerta. E no outro extremo, os municípios de Coremas (0,23) e Olho D’água (0,20) apresentaram uma *performance* crítica.

Tabela 2 – Desempenho dos Municípios referente à Dimensão Financeira

Municípios	Média do Município	Performance
Emas	0,79	Ideal
Catingueira	0,48	Alerta
Nova Olinda	0,41	Alerta
S. dos Garrotes	0,37	Alerta
Igaracy	0,30	Alerta

Aguiar	0,26	Alerta
Piancó	0,26	Alerta
Coremas	0,23	Crítica
Olho D'água	0,20	Crítica
Média Municipal	0,37	Alerta

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Ressalta-se que a média geral da dimensão financeira dos municípios da Microrregião do Piancó, demonstra-se uma situação de alerta (0,37), assim como 67% dos municípios desta microrregião. Perante esta *performance*, percebe-se a necessidade de intervenção governamental no sistema financeiro para adoção de soluções sustentáveis que possam garantir a captação, aplicação e distribuição eficiente na distribuição dos recursos financeiros, principalmente, para satisfazer aos anseios da população, aos objetivos e metas aos quais se propôs o governo. Estas soluções, por sua vez, podem ser alcançadas através da integração das dimensões financeira, social e ambiental.

Tais recursos precisam, então, serem administrados de modo sustentável para que possa assegurar um legado saudável para as gerações futuras e garantir a equidade social nos municípios. O investimento eficiente dos recursos públicos, por sua vez, é necessário para fornecer meios necessários para alcançar as múltiplas aspirações do desenvolvimento local sustentável, garantindo, também, a resiliência dos municípios frente às mudanças bruscas da economia de um modo em geral.

3.2 Dimensão Social

Dando continuidade à apreciação dos resultados, sobre outro ângulo, analisa-se a *performance* dos Municípios sob a perspectiva da Dimensão Social, conforme exposto na Tabela 3.

Tabela 3 – Desempenho dos Municípios referente à Dimensão Social

Municípios	Média do Município	Performance
Emas	0,51	Aceitável
Aguiar	0,43	Alerta

Igaracy	0,39	Alerta
Piancó	0,34	Alerta
Catingueira	0,28	Alerta
Olho D'água	0,28	Alerta
S. dos Garrotes	0,19	Crítica
Nova Olinda	0,16	Crítica
Coremas	0,15	Crítica
Média dos Municípios	0,30	Alerta

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Observa-se, como caracterizado na tabela 3, a *performance* dos municípios dessa dimensão, que se apresentam na seguinte configuração: Apenas o município de Emas apresentou uma situação aceitável (0,51), representando 11% da amostra, se confrontado com 55% dos municípios que tiveram avaliação considerada Alerta (Aguiar – 0,43, Igaracy – 0,39, Piancó – 0,34, Catingueira – 0,28, respectivamente) e 33% tiveram uma avaliação crítica (Santana dos Garrotes – 0,19, Nova Olinda – 0,16, Coremas – 0,15). Observa-se que em meio aos 09 municípios estudados, nenhum deles apresentaram *performance* Ideal no aspecto social.

A sustentabilidade social, por sua vez, não se trata de garantir que todas as necessidades da coletividade sejam satisfeitas. Pelo contrário, o seu objetivo é que as condições existam para todos têm a capacidade de perceber suas necessidades por si mesmas, se assim o desejarem. Assim, qualquer coisa que impeça esta capacidade pode ser considerada uma barreira e precisa ser abordada pela gestão pública para que assim possa progredir para a sustentabilidade social do município.

Destarte, convém notar que, há uma correlação importante entre a média geral dos municípios da Microrregião, na dimensão financeira (0,37) e na dimensão social (0,30), por ambas se encontrarem em alerta, portanto, percebe-se que são necessárias melhorias nestes aspectos, e por esse motivo, sugere-se que a gestão municipal esteja alicerçada, contemplando

padrões financeiros e sociais, para contornar essa situação, a fim de propiciar políticas sociais e financeiras que garantam o acesso local a um mínimo de bem estar à coletividade.

Ademais, os outros indicadores da categoria social, não menos importante à sociedade, seguem a mesma lógica dessa, pois se constituem direitos cuja finalidade vai também ao encontro da redução dessas desigualdades, conforme previsto no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 do Brasil (QUEIROZ BARRÊTO *et al.*, 2013).

O indicador IDH confirma que apenas o crescimento da economia não representa o desenvolvimento das nações, necessitam de níveis adequados de saúde, educação, cultura dentre outros elementos que possam mensurar o bem-estar social (RODRIGUES; RIPPEL, 2015). Compreender a natureza da dinâmica social e como estas estruturas emergem-se de uma perspectiva de sistemas integrados é de grande importância para os municípios avaliados e população.

Assim, como o desenvolvimento social sustentável descreve os processos de mudança e crescimento, é através da remoção de barreiras e aplicação de aspectos-chave de processos sociais sustentáveis nos municípios é que se pode, talvez, dar passos para se tornarem socialmente sustentáveis.

Não obstante, além dessas duas dimensões supracitadas, financeira e social, a de caráter ambiental também se deve tornar relevante e inegável dado seu aspecto de interesse comum da defesa do meio ambiente (SILVA JAILSON; GUIMARÃES; SILVA CRISTINA, 2012). Assim sendo, discorre-se no próximo tópico os achados da dimensão ambiental dos municípios analisados pelo estudo.

3.3 Dimensão Ambiental

Por fim, analisou-se a última dimensão, porém não a menos importante, a ambiental. Para tanto, tomou-se como parâmetros os dados coletados referentes aos indicadores de Saneamento e Gestão Ambiental, exposto na Tabela 4.

Tabela 4 – Desempenho dos Municípios referente à Dimensão Ambiental

Municípios	Média do Município	Performance
Igaracy	0,50	Alerta
Olho D'água	0,50	Alerta
S. dos Garrotes	0,04	Crítica

Coremas	0,01	Crítica
Emas	0,01	Crítica
Piancó	0,00	Crítica
Aguiar	-	Ausência de dados
Catingueira	-	Ausência de dados
Nova Olinda	-	Ausência de dados
Média Municipal	0,18	Crítica

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Os resultados apontam que ambos os municípios de Igaracy e Olho D'água (33,33%) apresentaram uma situação alerta (0,50), analisando e comparando com os demais municípios percebe-se que, as grandes maiorias dos municípios apresentaram situação crítica (66,67%). No que concerne à média geral dos municípios da microrregião, sob a dimensão ambiental, mostraram uma situação crítica (0,18).

Ressalva-se que há uma fragilidade em tais resultados, haja vista que, os municípios de Aguiar, Catingueira e Nova Olinda não informaram ao *website* SAGRES nenhum dado referente à gestão ambiental e ao saneamento no ano de 2016, onde a ausência desses dados dificulta a análise da real situação dos municípios.

A apreciação dos dados aponta a *performance* de cada município da microrregião de Piancó englobando as três dimensões e as suas respectivas médias na gestão pública sustentável. Nesta análise observa-se que 33,3% dos municípios (Emas – Igaracy – Olho D'água) apresentam situação de alerta, enquanto que 66,7% (Catingueira – Aguiar – Piancó – Santana dos Garrotes – Nova Olinda – Coremas) apresentam *performance* crítica, assim, sob a perspectiva das três dimensões, nenhum município apresentou situação satisfatória.

Em suma, observou-se que os municípios com melhores performances na gestão pública ficaram: Emas (0,44), Igaracy (0,40), Catingueira (0,38), Aguiar (0,35) e Olho D'água (0,33). No outro extremo, os municípios com piores desempenhos foram: Nova Olinda (0,29), Piancó (0,20), Santana dos Garrotes (0,20) e finalmente Coremas (0,13) apresentando o pior desempenho de todos os municípios analisados. Sugere-se, portanto, intervenções por parte do poder público para mudança desta realidade e espera-se que haja uma prioridade dos

investimentos nestas dimensões que possibilitem melhorias nas condições de vida da população dos municípios da microrregião do Piancó, PB.

Dado o caráter complexo que a gestão pública possui esta deve ser peça fundamental para estimular a adoção de iniciativas relacionadas com a sustentabilidade e de desenvolvimento local sustentável, conceitos estes que são intimamente e amplamente interligados entre si, o que possibilita, também, a população a adoção de práticas ambientais (GOES; MORALES, 2013).

Portanto, observar as dificuldades, desafios e oportunidades inerentes a realidade de cada município a partir de um diagnóstico situacional, por exemplo, para que assim possam ser superados com práticas sustentáveis, como a educação ambiental, pode ser um caminho para se atingir o desenvolvimento local sustentável.

Todavia, atualmente, percebe-se a profunda necessidade de compreensão, conhecimento e expansão destas práticas também na Administração Pública, em especial, a nível municipal, como um dos eixos que parece mais apresentar problemas ambientais a serem solucionados. E, apesar da ilusória prevalência do aspecto ambiental, os fatores sociais e financeiros do desenvolvimento sustentável são, em princípio, igualmente importantes dentro da sustentabilidade municipal.

4. Considerações Finais

Por fim, ressalta-se que as análises realizadas nesta pesquisa convêm para estimular a região estudada e outros municípios a buscarem novas ferramentas para avaliar a gestão pública. Assim, com o presente estudo espera-se beneficiar tanto a microrregião de Piancó e seus respectivos gestores públicos, quanto à sociedade de uma forma geral, situando estas e a partir do conhecimento gerado promova-se um novo contexto de debates mais amplos sobre a realidade dos municípios e as conexões com desenvolvimento sustentável, ou seja, possibilitou a geração de um conhecimento que pode tanto instigar a busca de novos meios de avaliação quanto como ferramenta para avaliação, criação e implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento local sustentável.

O desenvolvimento local sustentável, portanto, de forma consistente, torna enfático o imperativo de integrar a dimensão financeira, social e ambiental em uma abordagem holística e, ao mesmo instante unificada, entre si, a processos que promova desenvolvimento

transformador nos municípios, a partir da identificação e superação de causas estruturais e as causas de práticas insustentáveis, por exemplo.

Sugere-se para trabalhos futuros a ampliação do número de fontes de pesquisas, área geográfica, municípios e anos de análise, para que possam contribuir com uma visão holística, de fato, da gestão pública.

Do ponto de vista prático, este estudo aponta para a fragilidade dos resultados dos indicadores que representam, em maior ou menor grau, desafios de melhoria para os municípios avaliados, a considerar que nem todos os municípios avaliados informarem de forma completa todos os dados necessários para as análises.

Referências

ANDION, C. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. **Cadernos Ebape. BR**, 10(1): 1-19, 2012.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a regulamentação do acesso as informações públicas e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 30 jun. 2014.

CARVALHO, J. R. M. de; CÂNDIDO, G. A.; CURI, W. F.; CARVALHO, E. K. M. de A. **Proposta e Validação de Indicadores de Sustentabilidade Hidroambiental para Bacias Hidrográficas: Estudo de Caso na Sub-Bacia do Rio Piranhas, PB.** In: VII CNEG – UFF, Niterói/RJ. Anais. CNEG, 2011.

_____, J. R. M. de; CARVALHO, E. K. M. de A.; CURI, W. F. Avaliação da sustentabilidade ambiental de municípios paraibanos: Uma aplicação utilizando o Método Promethee II. **Revista Gestão & Regionalidade**, 27(80), mai-ago, 2011.

FARIA, L. C. S. de.; FARIAS, E. R.; SANTOS, L. M.; FERREIRA, M. A. M.; SILVA, A. A. P. Indicadores de Qualidade de Vida nos Municípios Mineiros e Eficiência Alocativa de Recursos Públicos. **Revista Sociedade, Contabilidade e Gestão**, 6(1), 2011.

FARIAS, T. A.; SANTOS, M. D.; GRAÇA, S. M.; SILVA, C. C. Previsão de arrecadação de receitas orçamentárias: Estudo de caso no município de Aracaju-SE. **Revista ReCont - Registro Contábil.** Ufal. Maceió/AL, 6(3) , p.56-69, set/dez, 2015.

FREITAS, C. A. S. Auditoria de gestão e estratégia no setor público. **Revista do Serviço Público**, Brasília, 4(1), 57-70, 2001.

GOES, G. A.; MORALES, A. G. Gestão Pública e Sustentabilidade: desafios, ações e possibilidades. **Revista Fórum ambiental de alta Paulista.** 9(4), 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informações sobre os municípios brasileiros.** Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=251620>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista do Serviço Público**. Brasília: ENAP, 2005.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 4ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM): metodologia para análise e cálculo do IDSM e classificação dos níveis de sustentabilidade – uma aplicação no Estado da Paraíba. João Pessoa: Sebrae, 2008.

MATOS, N. B.; SILVA, M. C. da.; SILVA, J. D. G. da.; SOUZA, L. M. S. de. Avaliação de portais de transparência dos 30 municípios mais populosos da região nordeste. **Revista ReCont: Registro Contábil**. 4(2), 2013.

Portal da Cidadania – SAGRES. Disponível em: <<http://portal.tce.pb.gov.br/aplicativos/sagres/>>. Acesso em: 18 jul. 2016.

QUEIROZ, D. M.; ARAÚJO, A. O.; MORAIS, L. M. F.; SILVA, V. K. R. Composição do gasto público e resultados eleitorais: Um estudo nos municípios nordestinos no ano de 2012. **Revista Recont – Registro Contabil**. Ufal – Maceió/AL, 6(3), 38-55, set/dez, 2015.

QUEIROZ BARRÊTO, D.; FILHO, P. A. M. L.; VASCONCELOS, A. F.; QUEIROZ, R. M. Uma investigação sobre a inconsistência entre o fundeb e a lei de responsabilidade fiscal quanto a despesa com pessoal e encargos sociais: Um estudo nos Municípios Paraibanos nos anos de 2009 a 2012. **Revista ReCont: Registro Contábil**, Ufal. Maceió/AL, 5(2), 100-117, mai/ago, 2013.

RODRIGUES, K. F.; RIPPEL, R. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TÉCNICAS DE MENSURAÇÃO. **Journal of Environmental Management and Sustainability – JEMS**, 4(3), Setembro/Dezembro, 2015.

SILVA, M. C. da.; GOMES, A. M.; TAVARES, A. L. de.; MÓL, A. L. R.; ARAÚJO, A. O. Análises da execução orçamentária dos Municípios da Região Nordeste, no período de 2000 a 2009. **Revista Recont: Registro Contábil**. Alagoas, 3(2), 1-17, 2012.

SILVA JACINTO, L. da.; DAMASCENA, L. G.; Estudo analítico das despesas públicas correntes no município de João Pessoa: Normatividade e análise por indicadores. **Revista Recont: Registro Contábil**. 3(3), 2012.

SILVA JAÍLSON, J.; GUIMARÃES, P. B. V.; SILVA CRISTINA, E. Compras públicas sustentáveis: aspectos legais, gerenciais e de aplicação. **Revista Recont: Registro Contábil**. 3(1), 2012.

SCHOMMER, P. C.; ROCHA, A. C.; SPANIOL, E. L.; DAHMER, J. ALESSANDRA DEBONE DE SOUSA, A. D. DE. Accountability and co-production of information and control: social observatories and their relationship with government agencies. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 49(6): 1375-1400, nov./dez, 2015.

UCHOA, C. E. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional**. Brasília: ENAP/DDG, 2013. 36 p.

VEIGA, J. L. A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. **Cadernos do CEAM**. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, v. 17, p. 9-22, 2005.

VENDRAMINI, P.; FADUL, E. M. C. **Ensino de administração pública e o desenvolvimento de competências: a contribuição do Curso de Administração Pública da Esag-Udesc**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil. 2013.